



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSADO
NO SISTEMA

Prefeitura Municipal de Saquarema
Protocolo 19231 / 23
Data 17 / 10 / 23
Pis. 02 Rubrica 10

Ao Protocolo Geral do Município,

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 12.529/2023, Pregão Presencial - SRP nº 056/2023.

Saquarema, 17 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

Sérgio Bravo

Pregoeiro

Sérgio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961081

Assunto: **Recurso administrativo - ALTAREDE**
De: Priscilla Leal <priscilla.leal@altarede.com.br>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 17/10/2023 15:00

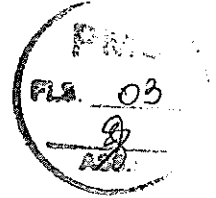


- Recurso administrativo.pdf (~2.2 MB)
- 5ª Alteração Contratual.pdf (~1.5 MB)
- DOCUMENTO DO SOCIO.pdf (~647 KB)

Boa Tarde, Prezados!

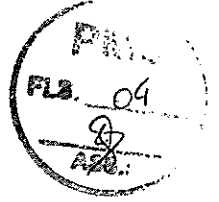
Segue em anexo o recurso administrativo Pregão Presencial Nº 056/2023 para análise.

Desde já agradeço.
Atenciosamente,



<http://www.altaredecorporate.com.br>

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR, PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SAQUAREMA-RJ.**



PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2023

Processo Administrativo n.º 12.529/2023.

A empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 07.104.865/0001-47, com sede a Rua Nilo Peçanha nº 238, centro, Bom Jardim RJ, CEP 28.660-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. **ANTÔNIO PEDRO JARDIM DE FREITAS BORGES**, CPF n.º 955.190.417-6, vem respeitosamente, **APRESENTAR:**

RECURSO ADMINISTRATIVO

nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, bem como no Item “11.1” do Instrumento Convocatório, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, em face da decisão que inabilitou a mesma no Certame em epígrafe, pelos fatos e fundamentos que adiante passa a expor:

Rua Nilo Peçanha, sala 201, centro
Bom Jardim – Rio de Janeiro

I- DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para da Decisão Administrativa ora atacada se deu através da Ata Interna da Licitação, assinada aos onze dias do mês de outubro do ano de 2023. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de **03 (três) dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de dezoito de outubro do ano em curso**, considerando-se que foi feriado no dia doze de outubro e ponto facultativo no dia treze de outubro, **iniciando-se assim o prazo somente em dezesseis de outubro de 2023, segunda-feira**, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Gestão inovação e Tecnologia de Saquarema- RJ, de conhecer e julgar a presente medida.

II - SÍNTESE FACTUAL

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE SAQUAREMA-RJ, através do departamento de Licitação e contratos, lançou o **Edital – Pregão Presencial para Registro de Preços**, na modalidade **pregão presencial**, tombado sob o número **056/2023**, nos autos do *Processo nº 12.529/2023*, objetivando o menor preço unitário e mais vantajosa para Contratação de empresa especializada *“NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.”*.

A RECORRENTE, participou do certame em epígrafe, apresentando seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, bem como todas as Declarações Complementares, conforme se extrai da ata da sessão ocorrida no dia 11/10/2023, apresentando e atendendo esta RECORRENTE a todos os requisitos do Edital.

Desta forma, verificamos com surpresa a decisão do Sr. Pregoeiro em Ata de Reunião Interna de Licitação (habilitação), atuou de maneira equivocada ao inabilitar esta RECORRENTE, pelos motivos e razões abaixo assinalados:

“A empresa ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA não apresentou no contrato social o objeto da licitação e o atestado não atende o exigido em edital, sendo declarada inabilitada...”

Vale ainda ressaltar que, todos os atestados apresentados para cumprimentos das exigências de experiência técnicas, são infinitamente superiores e mais complexos dos serviços a serem executados objeto deste procedimento licitatório.

Desta forma, ao inabilitar esta RECORRENTE e ao dispensar de forma errônea a aplicação das regras legais e editalícia, inclusive, afrontando os princípios da igualdade, motivação e competitividade e da vinculação ao instrumento licitatório, **torna-se injusta a referida decisão.**

Do mesmo modo, considerando ainda evidências de fundado receio de grave lesão ao interesse público e de risco de ineficácia da decisão de mérito.

III – DA DEFESA TÉCNICA

Cumprir informar, que a RECORRENTE apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo edital. Sendo claro que tão somente houve um equívoco desta Douta Comissão de Licitação, quanto a não observância do CNAE 62.09-1-00 no contrato social da Recorrente, atende o objeto exigido no edital do certame.

3.1 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia – SMECICT, solicita a contratação de empresa especializada, no mercado de prestação de serviços, com disponibilização de dispositivos educacionais tecnológico “chromebooks, carrinhos de recarga e painel interativo”, para as unidades do Sistema Municipal de Ensino de Saquarema-RJ.

dos mesmos, o prazo de entrega e níveis de serviços para atendimento local,

7.2 A Solução deverá, a qualquer solicitação da Secretaria Municipal de Educação e/ou Unidades, possibilitar suporte ou oferecer a assistência técnica relativa aos serviços e à manutenção dos equipamentos, conforme as condições deste Termo;

Confira-se assim, Douta Comissão julgadora, que o Edital não menciona CNAE específico, descreve tão somente o tipo de serviço que está comprando “*contratação de empresa especializada, no mercado de prestação de serviços, com disponibilização de dispositivos educacionais tecnológico chromebooks. carrinhos de recarga e painel interativo*”, bem como, “*...possibilitar suporte ou oferecer a assistência técnica relativa aos serviços e à manutenção dos equipamentos, conforme as condições deste Termo...*”

Logo, no CNAE 62.09-1-00, se tem, tanto o objeto do contrato para disponibilização dos equipamentos, quanto o de manutenção. Veja-se:

 **ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
61.10-8-03	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM

 **ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS:**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
62.09-1-00	SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
63.19-4-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Outro ponto de relevância, é que a decisão que **inabilitou a Recorrente** não foi fundamentada, e sequer mencionou qual seria o objeto (CNAE) que deveria ser aplicável ao contrato social da Recorrente condizente com o objeto do edital, exarando uma decisão que **fere gravemente o princípio da motivação dos atos administrativos.**

Confira-se o que dispõe a lei 9.784/1999 (Lei do Processo administrativo), acerca da fundamentação das decisões dos atos administrativos:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Rua Nilo Peçanha, sala 201, centro
Bom Jardim – Rio de Janeiro

Art. 2º: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, **motivação**, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

[...]

CAPÍTULO XII
DA MOTIVAÇÃO

Art. 50. Os atos administrativos **deverão ser motivados**, com indicação dos **fatos e dos fundamentos jurídicos**, quando:

[...]

§ 1º A **motivação deve ser explícita, clara e congruente**, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Nesse sentido, entende a jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça - STJ**:

PROCESSUAL CIVIL. ATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. NULIDADE.

1. O ato administrativo que determina a remoção de servidor público deve ser motivado. Precedentes do STJ.

2. Agravo Regimental não provido.

Não é possível o conhecimento do recurso especial na hipótese em que o estado recorrente sustenta que o ato administrativo de remoção de servidor público está inserido no âmbito do poder discricionário da Administração Pública e o Tribunal de origem declarou a nulidade do ato por falta de motivação, porque além do referido entendimento estar em consonância com a jurisprudência do STJ, a inversão do julgado demandaria o reexame fático-probatório, atraindo a incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ. (STJ, AgRg no AREsp 153140/SE, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 22/05/2012, p. 15/06/2012).

Menciona-se ainda, a **jurisprudência dos Tribunais Nacionais**:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE DO CERTAME. AFIRMAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO PROCESSO LICITATÓRIO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. NULIDADE DO ATO. SENTENÇA MANTIDA. Na ação de mandado de segurança, a prova assume excepcional relevo, vez que a definição de direito líquido

Rua Nilo Peçanha, sala 201, centro

Bom Jardim – Rio de Janeiro

e certo repousa na indiscutibilidade dos fatos e, consequentemente, na questão probatória - O motivo do ato administrativo deve estar intrinsecamente atrelado ao fato que ensejou a manifestação do administrador público. **A decisão administrativa que excluiu o licitante do certame por falta de capacitação técnica mostra-se nula, tendo em vista que não restou fundamentada**, tratando-se de afirmações genéricas sem motivação alguma - Ausente a motivação e fundamentação de exclusão do processo licitatório, sem observância do devido processo legal, deve ser confirmada em reexame necessário a sentença que concedeu parcialmente a segurança para determinar a anulação do julgamento da fase de habilitação do certame para que seja realizado novo julgamento da fase de habilitação. (TJ-MG - Remessa Necessária-Cv: 10123150050292001 Capelinha, Relator: Ângela de Lourdes Rodrigues, Data de Julgamento: 16/02/2017, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/03/2017) (g.n)

Logo, resta plenamente demonstrado, que o objeto do contrato social, atende o objeto do edital, especialmente por que, o mesmo não limita/especifica qual o CNAE que deveria ser aplicável ao presente caso, e como visto sequer a decisão que inabilitou a recorrente foi fundamentada, sendo passível de anulação, em vista a grave violação ao princípio da motivação dos atos administrativos.

No que tange a vaga alegação de que “o atestado não atende o exigido no edital”, a Douta Comissão de Licitação não observou os serviços com similaridade com o objeto do Edital, executados nos atestados apresentados para cumprimento da quantidade equivalente a vinte e cinco por cento (25%), disposta no 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 do Edital.

Analisando-se as regras dispostas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 do Edital, fácil verificar o atendimento integral de todas as suas condições, como poderemos verificar na referida exigência e posterior justificativos apresentados abaixo:

“10.1.6.1 O (s) Atestado (s) de capacidade técnico-operacional deverão comprovar que **a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços, compatíveis com o objeto licitado** em quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do item, até a data da abertura da sessão pública da licitação, o atestado deverá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório;

10.1.6.2 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional da Licitante será aceito o somatório de atestados.

10.2 Os documentos relacionados nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 poderão ser substituídos pelo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC), emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que expressamente indicados no referido cadastro, com validade em vigor na data da realização do Pregão.

10.2.1 No caso de não constar do mencionado cadastro quaisquer documentos exigidos no item 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, o licitante deverá incluí-los no envelope de HABILITAÇÃO.

10.3 Se os documentos relacionados no item 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, indicados neste cadastro, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados documentos vigentes, no envelope de HABILITAÇÃO.”

Para atendimento do item em questão, essa licitante, ora Recorrente apresentou, atestados contemplando a execução de serviços pertinentes ao fornecimento de serviços de informática (tecnologia da informação). Confira-se os atestados de capacidade técnica apresentados:

- **Contratante:** Serviço Autônomo De Água e Esgoto De Aracruz
Serviços contratados: Fornecimento e prestação de serviço de link de internet dedicado com no mínimo 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) da banda contratada para a localidade de Aracruz, com o fornecimento de IP fixo suportando aplicações TCP.
- **Contratante:** CAMARA MUNICIPAL DE MACUCO
Serviços contratados: Link IP Dedicado para conexão à internet na velocidade de 250Mbps, com locação e manutenção dos equipamentos.
- **Contratante:** I9 MAGAZZINO LDA
Serviços contratados: Locação, configuração e manutenção de equipamentos, LINK de Internet Banda larga com fibra óptica; e Suporte especializado com centro de gerência.
- **Contratante:** Hospital Alcides Carneiro
Serviços contratados: Prestação de serviço de link dedicado de internet full duplex com redundância; Suporte técnico e monitoramento do link;
- **Contratante:** Empresa SM Networks (SM Serviços Ltda)
Serviços contratados: Link IP Dedicado para conexão à internet na velocidade de 8G, com proteção anti DDoS, faixa IP's /27válidos, com locação, configuração e manutenção dos equipamentos.

- **Contratante:** Padaria e Confeitaria Bom Jardim
Serviços contratados: Link IP Dedicado para conexão à internet banda larga, com locação, configuração e manutenção dos equipamentos de informática.
- **Contratante:** TopMixMagazine LTDA
Serviços contratados: Link IP Dedicado para conexão à internet banda larga, com locação, configuração e manutenção dos equipamentos de informática, através de rede 100% fibra óptica; Suporte especializado através do centro de gerência.
- **Contratante:** Prefeitura Municipal de Petrópolis
Serviços contratados: Link IP Dedicado para conexão à internet banda larga, com proteção anti DDoS, faixa de 64 Ip's válidos, DNS reverso e FIREWALL, com locação, configuração e manutenção dos equipamentos de informática, através de rede 100% fibra óptica; Suporte especializado 24 horas por dia durante 7 dias.

Desse modo, como amplamente apresentado, a recorrente apresentou a qualificação técnica requerida para sua habilitação no que se refere a “*comprovar que a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços, compatíveis com o objeto licitado*” uma vez que prestou e presta serviços para locação de equipamentos e suporte técnico de informática, conforme requisito requerido no EDITAL:

3.1 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia – SMECICT, solicita a contratação de empresa especializada, no mercado de prestação de serviços, com disponibilização de dispositivos educacionais tecnológico “*chromebooks*, carrinhos de recarga e painel interativo”, para as unidades do Sistema Municipal de Ensino de Saquarema-RJ.

nos mesmos, o prazo de entrega e níveis de serviços para atendimento local,

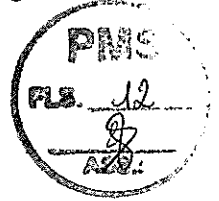
7.2 A Solução deverá, a qualquer solicitação da Secretaria Municipal de Educação e/ou Unidades, possibilitar suporte ou oferecer a assistência técnica relativa aos serviços e à manutenção dos equipamentos, conforme as condições deste Termo;

Assim sendo, considerando a possível divergência de entendimento técnico entre o apresentado pela recorrente e a comissão permanente de licitação da Contratante, solicita-se, que seja apresentado, no caso do não alinhamento do entendimento, um Parecer Técnico com embasamento

Rua Nilo Peçanha, sala 201, centro
Bom Jardim – Rio de Janeiro

nos normativos atuais, ou similares, para contrapor ao posto pela recorrente de forma a esgotar-se o assunto.

Nesse sentido, entendem as jurisprudências dos Tribunais Nacionais:



MANDADO DE SEGURANÇA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 276/2021, PROMOVIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, CIVIL, HIDRÁULICA E DO SISTEMA PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO. OBJETIVADA **DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE INABILITOU A IMPETRANTE ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA. ELOCUÇÃO CONGRUENTE. VINDICAÇÃO EXITOSA. CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE DEVIDAMENTE DEMONSTRADA, MEDIANTE CERTIDÕES DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES SIMILARES E DE COMPLEXIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL SUPERIOR ÀS CONTIDAS NO EDITAL DO CERTAME. INABILITAÇÃO DESPIDA DE SUFICIENTE JUSTIFICATIVA TÉCNICA E MOTIVAÇÃO ADMINISTRATIVA, REVELANDO VERDADEIRO FORMALISMO EXACERBADO. PREVALÊNCIA DA AMPLA COMPETITIVIDADE E DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES.** "Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional (Marçal Justen Filho). Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da licitação é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se a rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação (Des. Sérgio Roberto Baasch Luz)" (TJSC, Apelação n. 0008590-72.2014.8.24.0020, rel. Des. Júlio César Knoll, Terceira Câmara de Direito Público, j. em 27/06/2023). DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO. ORDEM CONCEDIDA. (TJ-SC - MSCIV: 50375388120238240000, Relator: Luiz Fernando Boller, Data de Julgamento: 15/08/2023, Primeira Câmara de Direito Público) (g.n)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM DESCONFORMIDADE COM AS NORMAS DO EDITAL. **FORMALISMO EXCESSIVO. EMPRESA QUE COMPROVOU O FORNECIMENTO DE OBJETOS SEMELHANTES A OUTROS MUNICÍPIOS.** CAPACIDADE TÉCNICA PREENCHIDA. **SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA** EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJ-PR - REEX: 00008526220198160155 São Jerônimo da Serra 0000852-62.2019.8.16.0155 (Decisão monocrática), Relator: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 17/01/2023, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 17/01/2023)

EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** — INABILITAÇÃO DA LICITANTE — **FORMALISMO EXACERBADO** — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto. (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

Desta forma, a RECORRENTE atendeu todas as exigências do Edital, pois apresentou em sua documentação de habilitação atestados técnicos por serviços executados com semelhança/similares aos serviços objeto deste Edital.

Neste entendimento, fica fácil de verificar, a Recorrente atendeu com folga todas os itens exigidos no edital e desta forma **resta injusta sua inabilitação!!!**

Rua Nilo Peçanha, sala 201, centro
Bom Jardim – Rio de Janeiro

Ao contrário da decisão proferida pela douta e ilibada comissão de licitação, a recorrente encontra-se totalmente HABILITADA, vez que, a mesma atendeu plenamente os requisitos editalícios, no que concerne ao OBJETO DO EDITAL E A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, apresentando o que se pedia, tanto no seu contrato social referente ao objeto, bem como o que se exige nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 do Edital, comprovando a experiência da empresa, uma vez que os atestados apresentados demonstraram experiência superior aos exigidos no edital.

Salientamos que, o intuito desta recorrente quando se coloca contra a decisão desta douta, nobre e ilibada comissão de licitação, nada mais é, direito que a mesma tenha o julgamento de sua habilitação com base legal nos princípios legais.

IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Nota-se que a fase de habilitação, em especial, a qualificação técnica, serve para verificar se as concorrentes possuem experiência na prestação de serviço para locação de equipamento de informática, bem como suporte técnico.

Ocorre que, mesmo a Recorrente cumprindo fielmente as requisições do edital, no sentido de apresentar todos os documentos requisitados, o Sr. Pregoeiro realizou um julgamento de forma desarrazoada e extremamente equivocada, inabilitando a Recorrente.

A linha de julgamento adotada pelo Sr. Pregoeiro prejudicou demasiadamente a Recorrente, especialmente, quando do exame de sua documentação técnica.

Dessa forma, a inabilitação da **licitante**, além de trazer prejuízo à empresa, que se verá retirada do certame de maneira irregular, acarreta dano à própria Administração Pública.

O ordenamento jurídico pátrio, em especial, o artigo 37 da Carta da República de 1988, *in verbis*, impõe aos agentes públicos a obediência de princípios que devem conduzir a Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Dentre os fundamentos erguidos pela Carta Magna, ressalta-se o Princípio da Economicidade, que deriva do Princípio Constitucional da Eficiência e que nasce intrinsecamente relacionado com a noção de eficiência, ou seja, para ser eficiente, o Gestor Público deve mirar, também, em critérios econômicos, isto é, atender o interesse público observando a relação entre custo e benefício. Desse modo, avaliam-se as decisões públicas sob o aspecto econômico.

Nesse sentido, leciona Fernanda Marinela (2012 p. 44), *in verbis*:

A eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Consiste na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a consequente redução de desperdícios do dinheiro público e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum.

Isto posto, fica patente que o Gestor Público deve fundar suas decisões, igualmente, no princípio da economicidade, a fim de atender ao interesse público, mirando na relação do custo e benefício dos procedimentos manejados.

Desse modo, resta claro que a Recorrente atendeu todas as exigências do Edital. Assim, o Sr. Pregoeiro deve reconsiderar sua decisão, pois, a Licitante preenche todos os requisitos editalícios, sendo inabilitada ilegalmente, consubstanciada, pelo julgamento equivocado.

Cumpra-se asseverar que, os requisitos de qualificação técnica estão previstos no art. 30, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, podendo ser comprovados através da seguinte documentação:

Nesse sentido também dispõe a Lei de Licitações:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;"

Do texto acima, extrai-se que o edital, em consonância com que dispõe a Lei não solicitaram como requisito de habilitação a comprovação de experiência idêntica ao objeto. Verifica-se que existe previsão expressa, no sentido da aceitação **de comprovação que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório;**

No caso específico do atestado de capacidade técnica, nota-se que a determinação legal é no sentido de que a comprovação de aptidão para o desempenho das atividades seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

O referido dispositivo foi regulamentado pelo Tribunal de Contas da União através do enunciado da Súmula 263, estabelecendo que é legal a exigência de comprovação de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, senão vejamos:

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

No mesmo sentido, o instrumento convocatório traz em seu item 10.1.6.1, que referente à documentação técnica das licitantes, deverá ser apresentado documentação comprobatória da execução de serviços com característica semelhantes. *In verbis*:

10.1.6 Documentação Técnica:

10.1.6.1 O (s) Atestado (s) de capacidade técnico-operacional deverão comprovar que a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços, compatíveis com o objeto licitado em quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do item, até a data da abertura da sessão pública da licitação, o atestado deverá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório;

10.1.6.2 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional da Licitante será aceito o somatório de atestados. (grifo nosso)

De acordo com supracitada cláusula editalícia, notadamente no que se refere aos atestados de capacidade técnica, o enquadramento dos serviços de **características semelhantes/similar** devem ser de até , sendo vedado à Administração impor às licitantes requisito de habilitação que não esteja previamente previsto no instrumento convocatório, sob pena de restrição indevida à participação e consequente violação ao caráter competitivo do certame.

Nesse diapasão, já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

Para comprovar a capacidade técnico-operacional das licitantes, guardada a proporção com a dimensão e a complexidade do objeto da licitação, podem- se exigir, desde que devidamente justificados, atestados de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços similares, limitados, contudo, às parcelas de maior relevância e valor significativo. Acórdão 1842/2013-Plenário | Relator: ANA ARRAES. ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA:

Exigência. Outros indexadores: Valor, Relevância, Capacidade técnico-operacional, Quantidade, Limite mínimo.

É cabível a exigência de atestado de capacitação técnico-profissional e técnico-operacional **desde que a comprovação se limite às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado**. As duas condições devem ser obedecidas simultaneamente. Acórdão 1771/2007-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO. ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Exigência. Outros indexadores: Critério, Capacidade técnico-profissional, Relevância, Capacidade técnico-operacional, Valor

Verifica-se que, de fato, os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa Recorrente, demonstraram a realização de serviços com características similares/semelhantes, bem como o atendimento das parcelas de maior relevância e valores significativos do objeto, haja vista que comprovou todo o rol necessário para prestação do serviço requerido no edital.

Ademais, de acordo com a jurisprudência do TCU, exigir que as empresas participantes apresentem atestados que contenham tipologia específica configura restrição à competitividade, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado. Veja-se o seguinte enunciado:

É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade. Acórdão 1585/2015-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO. ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Atestado de capacidade técnica. Outros indexadores: Comprovação, Especificação técnica, Prestação de serviço.

Sendo assim, considerando que nos termos do edital a comprovação de execução de obras e serviços com características semelhantes deverá ser **limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra e serviço licitado**, bem como o princípio do julgamento objetivo que deve nortear as decisões da Administração, entende-se que a empresa Recorrente demonstrou capacidade técnica exigida no instrumento convocatório devendo, por esta razão, ser mantida sua habilitação para o certame.

No caso, nota-se que foram apresentados pela empresa Recorrente atestados de capacidade técnica, neste caso, inclusive, com fornecimento de internet banda larga por fibra 100% óptica, bem como suporte técnico, ou seja, serviço de complexidade superior ao objeto licitado, o que demonstra a capacidade técnica da empresa para a execução do contrato licitado.

Além disso, cumpre ressaltar que, consoante jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União, é admissível a aceitação de atestado de capacidade técnica quando este for suficiente para comprovar a qualificação técnica da licitante, ainda que não haja o atendimento literal das disposições do edital. Nesse sentido já se manifestou o Tribunal:

A verificação de que determinado atestado de habilitação técnica é hábil para comprovar efetivamente a capacidade de licitante para executar o objeto pretendido, a despeito de tal atestado não se ajustar rigorosamente às especificações do edital, justifica sua aceitação pela Administração. Acórdão 2297/2012-Plenário. Data da sessão. 29/08/2012 Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES. Área Licitação. Tema. Qualificação técnica. Subtema. Atestado de capacidade técnica. Outros indexadores. Aceitação, Edital de licitação, Especificação técnica. Tipo do processo. REPRESENTAÇÃO

Ressalta-se que não há, qualquer limitação que possa ser considerada restritiva a competição no certame. E a Recorrente demonstrou através dos atestados apresentados a atuação de serviços com natureza similar e superior em complexidade.

Neste contexto, insta salientar que a empresa recorrente juntou aos autos atestados de capacidade técnica referente à entrega (locação) e fornecimento não somente de equipamentos de informática, mas também de internet banda larga com 100% fibra óptica, que apresentam requisitos para a execução superiores, daqueles necessários ao fornecimento de equipamentos como exigidos do edital.

Extraí-se, portanto, que os atestados de capacidade técnica oferecido pela recorrente comprovam a complexidade semelhante ou superior a do objeto licitado.

Por fim, ao manejar o julgamento da Recorrente descumprindo todos os critérios editalícios e legais, o Sr. Pregoeiro afrontou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois,

conforme se infere do mencionado julgamento, foram apresentadas e cumpridas as exigências de parcelas de relevância exigidas neste certame.

Conclui-se, portanto, que as irregularidades apontadas são meramente declaratórias sobre situações fáticas já atendidas quando da abertura do certame, e, portanto, devem ser sanadas pela Comissão Permanente de Licitação em nome da competitividade e busca da melhor proposta para a administração pública.

Princípio da Motivação

A motivação é princípio de direito administrativo e consiste na exposição dos elementos que ensejaram a prática do ato administrativo, mais especificamente com a indicação de seus pressupostos fáticos e jurídicos, bem como a justificação do processo de tomada de decisão.

O princípio da motivação dos atos administrativos, muito embora não expressamente formulado na Constituição Federal, encontra arrimo implícito no art. 1º, caput, inciso II e no parágrafo único do mesmo dispositivo, bem como nos arts. 5º, incisos XXXV e LIV e 93, inciso X, todos da Constituição Federal.

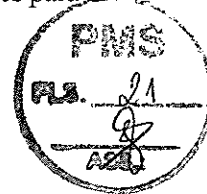
Princípio da Competitividade

A Licitação, consabido, constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública na contratação de obras e serviços. Em razão disto, os administradores públicos não podem se deixar levar por rigorismos inúteis e preciosismos, frustrando, assim o caráter competitivo da Licitação.

Com a habitual precisão, Hely Lopes Meirelles ensina que:

"A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar [...] É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou [...] Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e

levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo" (ob. cit. p. 121 - grifos nossos)."



Princípio da Eficiência:

Os processos licitatórios devem ocorrer com celeridade, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade exigidas dos serviços públicos. Nesse caso, em uma possível não aceitação dos fundamentos postos pela Recorrente, não observando-se a boa Doutrina, a Administração, além de frustrar o caráter competitivo do procedimento licitatório.

Princípio da Razoabilidade

O Princípio da Razoabilidade tem por premissa aferir a compatibilidade entre os meios empregados e os fins pretendidos, de modo a evitar a adoção de posturas inadequadas, desnecessárias, arbitrárias ou abusivas à própria finalidade da licitação. O STJ aponta que:

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

Como posto, mais uma vez, cabe ao Administrador a postura de analisar e julgar à luz de todos os Princípios norteadores do Direito de forma a não incorrer em vício não sanável.

Como forma de afastar qualquer hipótese de entendimento diverso a esse apresentado, a doutrina é clara ao tratar de casos de rigorismos e formalismos irrelevantes ao processo, onde, a Administração deve estar atenta em afasta-los desde a elaboração do instrumento convocatório até o julgamento do certame.

Sobre este tema, ensinou Maria Sylvia Zanella Di Pietro que:

“O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário (...)”

Outra vez, como restou comprovado, não há razão nem sentido da manutenção da decisão da inabilitação da Licitante recorrente.

Diante do exposto, considerando o caráter competitivo do certame, a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, bem como que restou comprovada, através dos atestados apresentados, a qualificação técnica da empresa Recorrente para execução de serviços com complexidade equivalente ou superior ao objeto licitado, entende-se pela mudança da decisão proferida pela Comissão de Licitação, na qual declarou inabilitada a esta Recorrente.

V. CONCLUSÃO E PEDIDO

Manifestando, mais uma vez o grande interesse desta Empresa ora recorrente na execução do Objeto licitando, gozando de plenas condições técnicas em atender a todos os requisitos exigidos, em face de todo o exposto, requer-se seja o presente RECURSO ADMINISTRATIVO julgado INTEGRALMENTE PROCEDENTE, com efeito, para que diante de todos os fatos narrados, requer-se:

Que seja revista e reformada a decisão a decisão exarada, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a sociedade empresária **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA**, visto que a **HABILITAÇÃO TÉCNICA** da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público licitatório, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu dita licitante absolutamente com todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório.

Que seja apreciado o efeito devolutivo presentes nos recursos administrativos, fazendo com que aprecie e reconheça o presente em todos os seus itens e, caso a decisão combatida não seja **RECONSIDERADA** por Vossa Senhoria, requer-se que o presente Recurso seja remetido a Autoridade Superior juntamente com os autos do processo administrativo.

Informa, respeitosamente, por oportuno, que o não acolhimento do recurso feito poderá ensejar a **impetração de Mandado de Segurança, com requerimento expresso de manifestação por parte do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**, para que se constate judicialmente as violações aos princípios elencados, à legislação e à concorrência demonstradas nesta impugnação, sem prejuízo das eventuais sanções legais decorrentes dessas violações, o que seria de todo inconveniente para todos os envolvidos o o que, portanto, se quer evitar.

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a Recorrente habilitada no Processo Administrativo em questão.

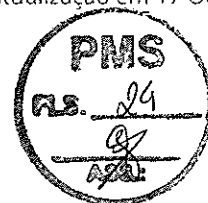
Termo em que,
Pede e espera deferimento.

Bom Jardim - RJ, 17 de outubro de 2023.

Marcio Iezzi da Silveira
CPF n.º 955.190.417-68
Responsável Legal

Recurso administrativo.pdf

Documento número dfaf5d5c-c120-42c7-ab3f-d82de1443f13



Assinaturas



Marcio Iezzi da Silveira

Certificado digital. Verifique se já assinou com ITI ou verificador ZapSign.



Hash do documento original (SHA256):

03cad48fd9e8edfee9b48de522dcf6eefc5537f80695e53691a313d201c70d7f

Verificador de Autenticidade:

<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=dfaf5d5c-c120-42c7-ab3f-d82de1443f13>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):

<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação dfaf5d5c-c120-42c7-ab3f-d82de1443f13, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br

Signed by MARCIO IEZZI DA
SILVEIRA (95519041768)
Data: 17/10/2023 17:57:14 +00:00

Assinado com
certificado
digital em



ZapSign



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0741735-8

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

Código Ato

Eventos

002	Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANDRÉ RODRIGUES MARQUES DE SOUZA SILVA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 07/12/2022 e arquivado em 07/12/2022

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Nº de Páginas

Capa	Nº	Páginas
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12
13	13	13
14	14	14
15	15	15
16	16	16
17	17	17
18	18	18
19	19	19
20	20	20
21	21	21
22	22	22
23	23	23
24	24	24
25	25	25
26	26	26
27	27	27
28	28	28
29	29	29
30	30	30
31	31	31
32	32	32
33	33	33
34	34	34
35	35	35
36	36	36
37	37	37
38	38	38
39	39	39
40	40	40
41	41	41
42	42	42
43	43	43
44	44	44
45	45	45
46	46	46
47	47	47
48	48	48
49	49	49
50	50	50
51	51	51
52	52	52
53	53	53
54	54	54
55	55	55
56	56	56
57	57	57
58	58	58
59	59	59
60	60	60
61	61	61
62	62	62
63	63	63
64	64	64
65	65	65
66	66	66
67	67	67
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
72	72	72
73	73	73
74	74	74
75	75	75
76	76	76
77	77	77
78	78	78
79	79	79
80	80	80
81	81	81
82	82	82
83	83	83
84	84	84
85	85	85
86	86	86
87	87	87
88	88	88
89	89	89
90	90	90
91	91	91
92	92	92
93	93	93
94	94	94
95	95	95
96	96	96
97	97	97
98	98	98
99	99	99
100	100	100

6

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

NIRE: 332.0741735-8 Protocolo: 00-2022/901776-2 Data do protocolo: 06/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/12/2022 SOB O NÚMERO 00005201834 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 40C7802217086412562EB61CD483E5CF476155A4465182E3AD3F44125D8FFBF7

Para validar o documento acesse <http://www.tuceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Рис. 1/6



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0741735-8

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

00-2022/901776-2

06/12/2022 16:47:41

JUCERJA

Último arquivamento:

00003974573 - 26/11/2020

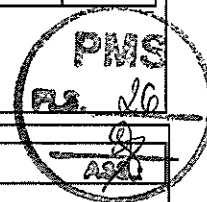
NIRE: 33.2.0741735-8

ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

Boleto(s): 104232765

Hash: 91CC72D7-3827-478A-857D-29E49C434500

Orgão	Calculado	Pago
Junta	413,00	413,00
DREI	0,00	0,00



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xxx	XX
xxx	xxx	XX
xxx	xxx	XX
xxx	xxx	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

06/12/2022

Data

Nome:	MARCIO IEZZI DA SILVEIRA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	22992365924
E-mail:	marcioiezzi@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	06/12/2022
Data da 1ª entrada:	



00-2022/901776-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

NIRE: 33.2.0741735-8 Protocolo: 00-2022/901776-2 Data do protocolo: 06/12/2022

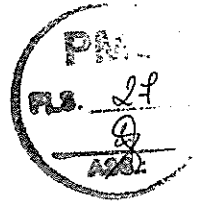
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/12/2022 SOB O NÚMERO 00005201834 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 40C7802217086412562EB61CD483E5CF476155A4465182E3AD3F44125D8FFBF7

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/6



**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DE
“ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.”**

MARCIO IEZZI DA SILVEIRA, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03.12.1967, portador da carteira de identidade nº 07.556.912 expedida pelo Detran/RJ e inscrito no CPF/MF sob o 955.190.417-68, residente e domiciliado na Rua José de Alencar, nº 24, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.613-780; único sócio da sociedade empresária limitada unipessoal que gira nesta praça com a denominação social de “**ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**” sediada à Rua Nilo Peçanha, nº 238, sala 201, Centro, Bom Jardim-RJ, CEP 28.660-000, cujos atos constitutivos encontram-se registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.0741735-8, por despacho de 23.11.2004, e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 07.104.865/0001-47, resolve na melhor forma de direito alterar o seu Contrato Social mediante as seguintes cláusulas e condições:

- 1) O capital social é elevado para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) mediante o aproveitamento de parte da Reserva de Lucros no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais);
- 2) Em virtude das alterações acima promovidas o capital social ficou assim distribuído:
“O Capital Social é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil Reais) dividido em 800.000 (oitocentas mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país:

MARCIO IEZZI DA SILVEIRA	COTAS	800.000	R\$ 800.000,00
Total	COTAS	800.000	R\$ 800.000,00

Em consequência da alteração acima, neste ato, consolida-se e ratificam-se todas as cláusulas do “Contrato Social”, através da seguinte redação:

I - DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

A sociedade unipessoal Ltda. tem a denominação social de “**ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**” sob cujo nome se obrigará judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, com sede social na Rua Nilo Peçanha, nº 238, sala 201, Centro, Bom Jardim-RJ, CEP 28.660-000, podendo abrir filiais, agências e escritórios em qualquer parte do país.

II - FINS SOCIAIS

A sociedade unipessoal Ltda tem por objetivo social o serviço de comunicação multimídia – SCM, exploração do ramo de serviços de internet a cabo, processamento de dados, desenvolvimento de programas de computador, atividade de banco de dados e a prestação de serviços de telecomunicações.

III – DURAÇÃO

A sociedade unipessoal Ltda iniciou suas atividades em 23.11.2004, permanecendo indeterminado seu prazo de duração.

IV - CAPITAL SOCIAL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

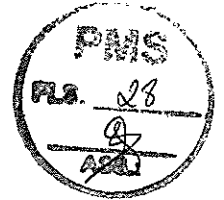
NIRE: 332.0741735-8 Protocolo: 00-2022/901776-2 Data do protocolo: 06/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/12/2022 SOB O NÚMERO 00005201834 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 40C7802217086412562EB61CD483E5CF476155A4465182E3AD3F44125D8FFBF7

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





O Capital Social é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil Reais) dividido em 800.000 (oitocentas mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país:

MARCIO IEZZI DA SILVEIRA	COTAS	800.000	R\$ 800.000,00
Total	COTAS	800.000	R\$ 800.000,00

§ Único: A responsabilidade do sócio único é limitada ao valor de suas cotas, nos termos da art. 1052 da Lei 10.406/2002.

V – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade unipessoal Ltda. será exercida pelo sócio único **MARCIO IEZZI DA SILVEIRA**, que a representará em juízo ou fora dele, assinando todos e quaisquer documentos de interesse social, cabendo-lhe o uso da firma para os atos gerais da gestão relativos ao objeto social, ficando dispensado de prestar caução.

§ Único– Faculta-se ao sócio único administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

VI- DO CONSELHO FISCAL

Fica estabelecido que a sociedade unipessoal Ltda. não terá Conselho Fiscal.

VI - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A sociedade unipessoal Ltda., nos casos de omissões da Lei 10.406/2002, será regida, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima.

VIII- RETIRADA PRÓ-LABORE

O sócio único administrador, fixará uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

IX- EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano civil, ocasião em que será levantado um “BALANÇO GERAL” das atividades da sociedade, cabendo a sócia única, os lucros ou perdas apuradas.

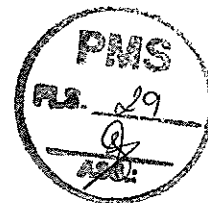
X- FALECIMENTO, INCAPACIDADE E DISSOLUÇÃO

Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, esta não se dissolverá. A empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

A Sociedade unipessoal Ltda. poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio da titular.

XI- FORO

Os contratantes elegem o foro da Comarca de Bom Jardim/RJ, para dirimir quaisquer dúvidas



por ventura oriundas do presente instrumento, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O sócio único reconhece a responsabilidade que lhe é atribuída aceitando-a e, igualmente reconhece e aceita o presente instrumento como lei fundamental e orgânica da sociedade.

O sócio único declara ainda sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração de sociedade, nem por decorrência de lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1011, § 1º, da Lei 10.406/2002.

Assim justos e contratados assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, e o fazem por si, herdeiros e sucessores.

Bom Jardim, 02 de dezembro de 2022.

MARCIO IEZZI DA SILVEIRA

Testemunhas:

Nome:
CPF:
RG:

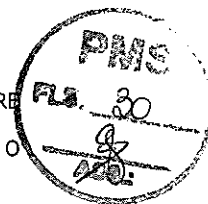
Nome:
CPF:
RG:





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME, NIRE 33.2.0741735-8, PROTOCOLO 00-2022/901776-2, ARQUIVADO EM 07/12/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005201834, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.



CPF/CNPJ	Nome
955.190.417-68	MARCIO IEZZI DA SILVEIRA

07 de dezembro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ALTA REDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME

NIRE: 33.2.0741735-8 Protocolo: 00-2022/901776-2 Data do protocolo: 06/12/2022

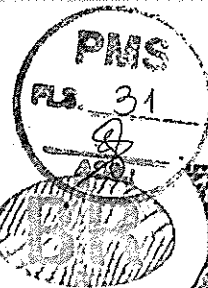
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 07/12/2022 SOB O NÚMERO 00005201834 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 40C7802217086412562EB61CD483E5CF476155A4465182E3AD3F44125D8FFBF7

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 6/6



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
MARCIO IEZZI DA SILVEIRA

1ª HABILITAÇÃO
29/09/1987

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
03/12/1967 RIO DE JANEIRO/RJ

4a DATA EMISSÃO
18/01/2023

4b VALIDADE
16/01/2028

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

075560912IFPRJ

4d CPF

955.190.417-68

5 Nº REGISTRO

04299728743

9 CAT. HAB

AC

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

ADAIL SILVEIRA

MARIA IEZZI DA SILVEIRA



Marcio Iezzi da Silveira

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		16/01/2028	
A1			
B		16/01/2028	
B1			
C		16/01/2028	
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE'			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

A

Adolpho Konder
ADOLPHO KONDER
PRESIDENTE DETRAN - RJ

ASSINATURA DO EMISSOR

78083812153
RJ943317436

LOCAL
BOM JARDIM, RJ

RIO DE JANEIRO

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

2521380171

PROIBIDO PLASIFICAR

2521380171



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO



RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO

PROCESSO Nº 19231/23 DE 17/10/2023

PROCESSO DE ORIGEM Nº 12529/2023 – P.P. Nº 056/2023

DO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARA: ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.

Trata-se de recurso administrativo, apresentado pela **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 07.104.865/0001-47, contra a decisão do Pregoeiro de **INABILITAR** no Pregão Presencial nº 056/2023, por **NAUSÊNCIA** da Certidão de Habilitação do Contador e Atestado de Capacidade Técnica, incompatível com o objeto da licitação.

DA ADMISSIBILIDADE

Nós termos do **item 11 do Edital do Pregão Presencial nº 056/2023**. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja a síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. **Item 11.2 do Edital**, o encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, na Rua Coronel João Bravo Madureira, nº 77 – Centro -Saquarema – RJ ou encaminhado para o endereço eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br, das 9:00h as 16:30 h, no horário oficial de Brasília-DF.

Com efeito, observa-se a tempestividade do pedido de recurso realizado pela empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**, no dia 17/10/2023, via e-mail, encaminhado ao Pregoeiro. Neste sentido, reconhecemos o requerimento feito pelo peticionante ao edital de licitação, ao qual passamos apreciar o mérito e nos posicionar.



I - DA SOLICITAÇÃO

A recorrente motivou a intenção nos seguintes termos, aduzindo que: A empresa apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo Edital, que apesar de não constar no seu contrato social o objeto da licitação, o seu **CNAE 6209-1/00** atende. Que o Edital não informava um CNAE específico para participar. Em relação ao **Atestado de Capacidade Técnica**, empresa informa que apresentou diversos atestado e contemplando a execução de serviços e considera que a comissão de licitação à desclassificou indevidamente.

II - DA APRECIÇÃO DO MÉRITO

Importante destacar a observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual o **Pregoeiro** e suas ações ao julgamento objetivo de acordo com a regra estabelecida no Edital. O objeto do Edital especificava a prestação de serviço com locação de equipamentos educacionais Chromebooks, entre outros. No início do certame foi informado que seria considerado e aceito o contrato social que constasse o objeto e o **CNAE 7733-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório**.

A empresa apresentou contrato social e **NÃO** consta o objeto do Edital, e o **CNAE 6209-1/00, NÃO** contempla as atividades a serem exercidas pelo objeto do Edital.

Ressalto, que o Edital de Licitação Pública é o elemento fundamental do procedimento licitatório. É o instrumento no qual a Administração irá formalizar as condições e exigências licitatórias. Cabe ao Pregoeiro segui-lo na íntegra!

A empresa alega que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, atendem ao exigido no Edital. Em verdade, a empresa apresentou 3 atestados e nenhum deles apresentava informações que contemplasse, sequer o objeto do Edital.

10.1.6 Documentação Técnica

10.1.6.1 O (s) Atestado (s) de capacidade técnico-operacional **deverão** comprovar que a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços compatíveis com o objeto licitado em quantidade equivalente a **25% (vinte cinco por cento)** do quantitativo do item, até a data da abertura da sessão pública da licitação, o atestado deverá ser expedido por pessoa jurídica de



direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, **cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório.**

No início do certame o Pregoeiro infra-assinado, informou sobre a necessidade de a empresa comprovar possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou patrimônio líquido, igual ou superior a **5% (cinco por cento)** do valor total máximo estimado pela administração. As empresas que não possuísem este capital, deveriam informar o (s) item (s) de interesse, uma vez que o Patrimônio Líquido, só poderia ser verificado na habilitação. O Pregoeiro infra-assinado, enfatizou que a informação incorreta ou omissão da informação, poderia prejudicar o certame e seria passível de punição.

A empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**, não se manifestou, apresentou proposta contemplando todos os itens, porém, possui **Capital Social de R\$ 800.000,00** e **Patrimônio Líquido de R\$ 1.139.254,34**, o que inviabiliza sua participação em todos os itens.

10.8 – Se o detentor da melhor proposta desatender as exigências previstas neste título “**DOCUMENTAÇÃO TECNICA**”, será **INABILITADO** e o **PREGOEIRO** examinará as ofertas subsequentes e qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo o ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela Recorrente em sua peça recursal se mostraram insuficientes para conduzir-me à reforma da decisão atacada.

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA.**, para, no **MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-a **INABILITADA** no Pregão nº 056/2023. Em respeito, encaminho ao **Departamento Jurídico** para parecer.

Saquarema, 18 de outubro de 2023.

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO
PREGOEIRO – MAT. 961081

Sérgio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961081



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento Jurídico de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 19231/23
FLS. 35 RUBRICA ad

Ref.: Recursos Administrativos.

Processos de Recursos nº 19231/23

Pregão Presencial: 056/2023

Processo de origem: 12529/2023

**Recorrente: ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET
LTDA**

Ilmo. Pregoeiro,

Trata-se de Recursos impetrados pela empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA**, sob o número 19231/23 referente ao pregão presencial nº 056/2023 que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE DISPOSITIVO EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Cumprir destacar que não pretende a Administração infringir os princípios basilares que regem o Direito e a Lei de Licitações, e, muitas vezes, só há a possibilidade de se reconhecer determinados vícios processuais apenas nos casos de recurso, como no caso presente.

De acordo com o item 11 do edital do pregão presencial nº 056/2023, declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. Item 11.2 do edital, o encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Saquarema ou encaminhado para o endereço eletrônico.

Observa-se que o recurso é tempestivo, devendo ser apreciado o mérito.



PROCESSO Nº 19.231/23

FLS. 36 RUBRICA OK

A empresa argumenta que apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo Edital, que apesar de não constar no seu contato social o objeto da licitação, o seu CNAE 6209-1 atende. Que o Edital não informava um CNAE específico para participar. Em relação ao Atestado de Capacidade Técnica, a empresa informa que apresentou diversos atestado e contemplando a execução de serviços e considera que a comissão de licitação à desclassificou indevidamente.

No início do certame foi informado que seria considerado e aceito o contato social que constasse o objeto e o **CNAE 7733-1/00 – Aluguel de maquinas e equipamentos para escritório.**

A empresa apresentou o contrato social e não consta o objeto do Edital, e o CNAE 6209-1/00, não contempla as atividades a serem exercidas pelo objeto do Edital.

Acontece que na verdade, a empresa apresentou 3 atestados e nenhum deles apresentava informações que contemplasse, sequer o objeto do Edital.

Além disso, no início do certame o Pregoeiro, informou sobre a necessidade de a empresa comprovar possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou patrimônio líquido, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração. As empresas que não possuísem este capital, deveriam informar o (s) item (s) de interesse, uma vez que o patrimônio líquido, só poderia ser verificado na habilitação. O pregoeiro enfatizou que a informação incorreta ou omissão da informação, poderia prejudicar o certame e seria passível de punição.

Acontece que conforme se manifestou o pregoeiro a empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA** não se manifestou, apresentou proposta contemplando todos os itens, porém, possui Capital Social de R\$ 800,000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 1.139.254,34, o que inviabiliza sua participação em todos os itens.



PROCESSO Nº 19.231/23

FLS. 37 RUBRICA ab

Os argumentos da empresa não têm amparo legal, pois levaria vantagem diante dos outros licitantes, o que fere vários princípios que norteiam um processo licitatório.

Importante destacar que a administração pública não pode descumprir as normas e condições do edital, conforme preceitua o artigo 41 da Lei 8.666/93.

Art. 41

“A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

É o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, na qual a administração pública está vinculada, não podendo modificar em benefício de nenhuma empresa insatisfeita com os resultados.

É de se registrar o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, que fala da vinculação do instrumento convocatório, *in verbis*:

“ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. ”

Além do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é necessário a observância de diversos outros princípios inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como **transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.**



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento Jurídico de Licitação e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 19.231/23

FLS. 38 RUBRICA de

A Municipalidade buscou confeccionar um edital com base no termo de referência, o qual definiu de maneira precisa o que realmente contempla o interesse Público e de conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando o interesse público e não o interesse particular.

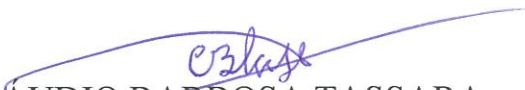
Diante do exposto, opino pelo conhecimento do recurso por ser tempestivo, devendo no mérito, ser negado provimento mantendo a **INABILITAÇÃO** da empresa **ALTAREDE NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA**, sendo que o Recorrente deve ter ciência da decisão.

O parecer em questão visa elucidar, informar ou sugerir providências administrativas nos atos da Administração, não sendo impositivo, cabendo ao gestor tomar a decisão mais favorável ao seu convencimento. De toda sorte as opiniões expressas no presente, buscam apenas instruir o processo, para que gestor haja seguindo os critérios já mencionados, em conformidade com a Súmula 6ª do Conselho Federal da OAB.

Encaminho o processo ao Pregoeiro para as devidas providências.

Esse é o parecer. SMJ.

Saquarema, 18 de outubro de 2023.


CLAUDIO BARBOSA TASSARA
Diretor Jurídico de Licitação
Matrícula 960593-2
Portaria 641/2022